

Pastrana: "O futuro da cidade grande está nas mãos dos habitantes e não nas de funcionários que aparentemente zelam por ela"

# Distritais prometem cuidar da preservação de Brasília

■ Arquiteto colombiano Raoul Pastrana percorre a capital e prepara relatório

CRISTIANO GOMES

As ameaças ao plano original de Brasília foram discutidas ontem na Câmara Legislativa, em uma reunião entre o arquiteto colombiano Raoul Pastrana e deputados distritais. O arquiteto, especialista em patrimônio público, está na cidade a convite do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos) e há uma semana percorre a capital para elaborar um relatório. O documento será apresentado em Paris, durante a 25ª Sessão da Agência do Comitê do Patrimônio Mundial.

A preservação de Brasília foi o tema da semana. Além do arquiteto, conselheiros do Icomos também estão na cidade para discutir a preservação locais que recebem

ram o título de Patrimônio da Humanidade. "Brasília encontra-se sob exame como patrimônio em perigo", afirma a presidente do Icomos Brasil, Adriana Castro. Segundo ela, Brasília não corre risco de perder o título de Patrimônio Mundial, concedido pela Unesco em 1987, mas pode ser incluída na lista de Patrimônio em Risco, devido a descaracterização que vem sofrendo.

A arquiteta, que chegou a Brasília na quarta-feira para uma visita encomendada pela União Internacional de Arquitetos (UIA), garante que a cidade deve manter contínuo seu trabalho de preservação. "E o Icomos certamente virá repetidas vezes analisar a cidade", assegurou. Segundo Adriana, outras cidades brasileiras que rece-

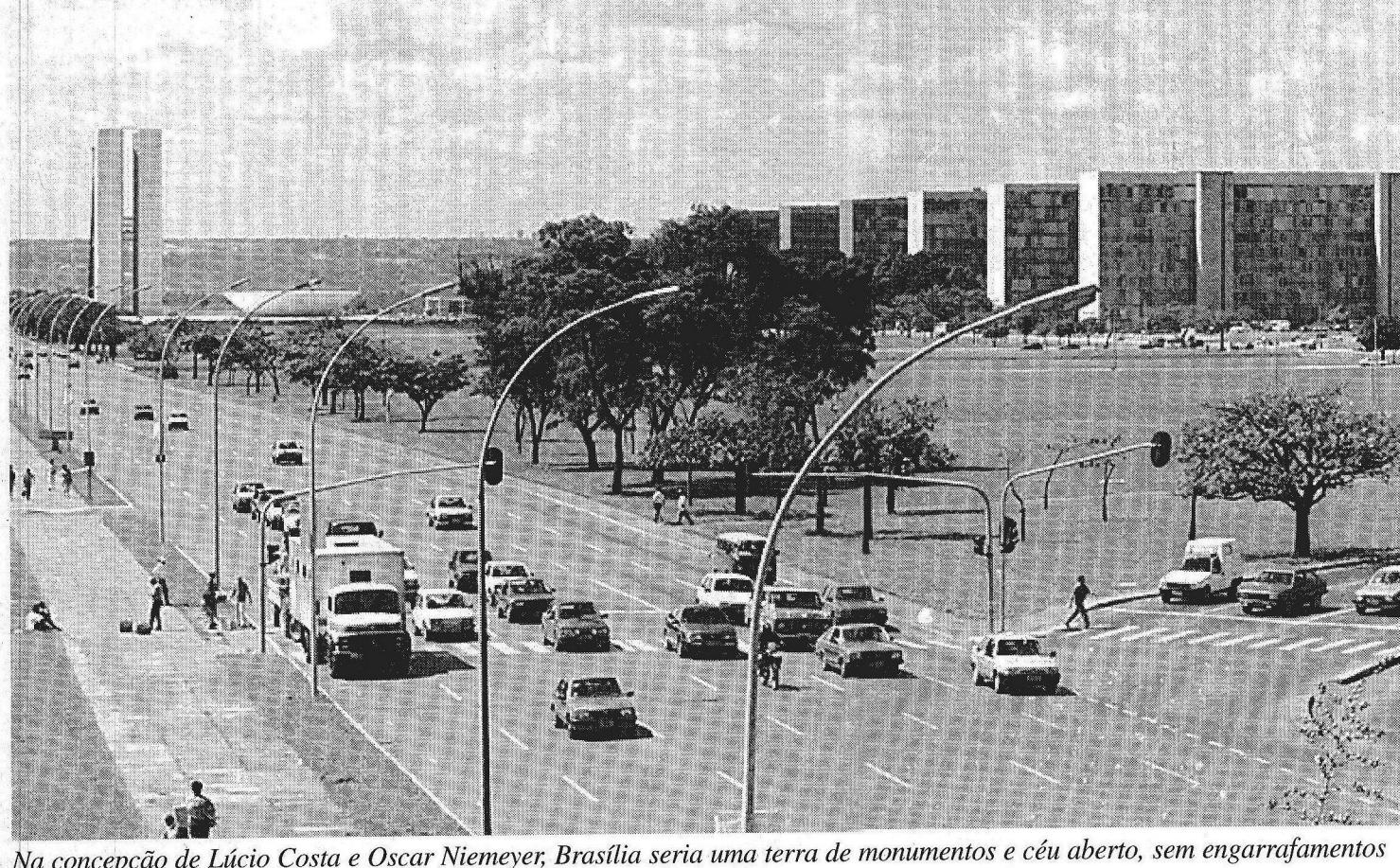
beram o título de Patrimônio Cultural da Humanidade - como Olinda (PE), Diamantina (MG) e Salvador (BA) - também passam por dificuldades.

No encontro com os deputados distritais Gim Argello (PMDB), Wasny de Roure (PT) e Rodrigo Rollemberg (PSB), o arquiteto colombiano defendeu a participação da população na defesa do patrimônio. "O futuro de toda cidade grande está nas mãos de seus habitantes e não nas dos funcionários que aparentemente zelam por ela", afirmou Pastrana.

Um dos instrumentos de proteção é o Plano Diretor Local, onde é definido como e o que pode ser construído na cidade. "Até hoje nossa cidade não tem esse plano diretor, que não deve ser uma lei,

mas uma parceria de conscientização com a comunidade", defendeu Wasny, autor de um documento encaminhado à Câmara Legislativa exigindo a definição do PDL de Brasília.

"Não devem ser colocados em pauta quaisquer projetos que coloquem em risco o Plano Piloto", defendeu Rodrigo Rollemberg, que pretende instituir nas escolas do Distrito Federal a disciplina de preservação do Patrimônio Histórico. Ainda durante o encontro na Câmara, o presidente da casa, Gim Argello, prometeu que antes de serem colocados em pauta, projetos que interfiram na arquitetura da cidade serão encaminhados para avaliação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).



Na concepção de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, Brasília seria uma terra de monumentos e céu aberto, sem engarrafamentos

# Crescimento desordenado é ameaça

Brasília é a única cidade do século XX tombada como patrimônio cultural da humanidade. Na concepção de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, seria uma terra de monumentos e céu aberto. Para Juscelino Kubitschek, um lugar de ruas largas e sem engarrafamentos.

Quarenta e um anos depois, as ruas ficaram estreitas e a parte central está entupido de prédios. Com o crescimento de Brasília os padrões originais estão sendo aos poucos deteriorados.

Se por um lado o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico

Nacional (Iphan) e os arquitetos preservacionistas exigem que Brasília mantenha seu aspecto inicial de cidade planejada, por outro, empresários, governo e parte da população pressionam para que Brasília se adapte aos dois milhões de habitantes (quatro vezes maior que a imaginada no princípio).

Uma das maiores queixas dos promotores de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público do DF se refere à publicidade em lugares inadequados. Cansados de tentar negociar com o governo saídas para o Pla-

no Diretor de Publicidade, os promotores entraram com uma ação na Justiça, em caráter de liminar, contra a poluição visual do Plano Piloto.

As invasões de área pública nas quadras comerciais do Plano Piloto também entraram na briga já que começaram tímidas e, hoje, é difícil encontrar uma comercial onde não exista pelo menos um puxadinho. Uma proposta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, apresentada no final de abril, pretende legalizar, pelo menos, quatro metros das invasões.

As coberturas, para os preservacionistas, também ferem o patrimônio por fugirem do padrão inicial - edifícios de apenas seis andares.

De todos os problemas, o mais preocupante, na opinião de vários preservacionistas, é o da alteração de destinação de área. O assunto se agravou depois que o deputado distrital Renato Rainha (PT) denunciou um possível esquema de propinas na Câmara Legislativa para que se mude a destinação de alguns terrenos. A denúncia está sendo avaliada pela Comissão de Ética da Câmara Legislativa.